

**Diretoria de ABH -
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISPANISTAS**

Presidente: Mário M. González
Vice-Presidente: Antonio R. Estevás
Primeira Secretária: Neide Elias
Segunda Secretária: Tatiana Francini Girão Barroso
Primeira Tesoureira: Célia Navarro Flores
Segunda Tesoureira: Eglwanda Iays de A. S. de Lima

**Comissão Organizadora de
II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS**

Adrián P. Fanjul
Ana Cecília Olmos (Secretária)
Antonio R. Estevás
Helolias Pezza Cimitzo (Tesoureira)
Marta Alicia Cançado Álvarez
Marta Augusta da Costa Vieira
Marta Zulma Moriondo Kulikowski
Mário M. González (Presidente)
Mirta Groppi
Neide T. Maia González
Valeria De Marco

GRUPO DE APOIO

Alfredo Lavarelle
Ana Carolina Garcia Ferreira
Angela dos Santos
Eduardo Fava Rubio
Eglwanda Iays de A. S. de Lima
Fernanda S. Castelano Rodrigues
Gêneise Andrade da Silva
Ivan Rodrigues Martin
Ligia Karina Martins de Andrade
Luzia Martins da Silva
Margareth dos Santos
Neide Elias
Silvia Etai Gutiérrez Bolaro
Suzana González
Tatiana Francini Girão Barroso
Terena Cecília de Oliveira Ramos

ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS

Presidente
Milton Meira do Nascimento
Vice-Presidente
Gabriel Cohn

CONSELHO EDITORIAL

Titulares
Vera Lucia Amaral Ferrini
Sueli Angélio Fudari
Victor Knoll
Beth Brati
Joel Jaramias de Oliveira Filho
Cleone Romão Resende de Araújo Filho
Antonio Dimas de Moraes
Valéria de Marco
Beatrix Perrone-Moisés
Berta Waldman
Jorge Malhoa Brito de Almeida

Suplentes
Marta Luiza Turci Carneiro
Wagner da Costa Ribeiro
Caeetano Ernesto Plantino
Margarida Maria Taddoni Pater-
Vera da Silva Telles
Gilde Margal Brandão
Oswaldo Humberto Lesnawski Cechin
Véronique Dahlet
Paula Monteiro
Marcin Amancio
Fabio Rigatto de Souza Andrade

Todos os direitos desta edição reservados à:

Associação Brasileira de Hispanistas
Av. Prof. Luízino Galberto, 403
Cid. Universitária
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone: 3091-5029
<http://www.hispanista.com.br>

Associação Editorial Humanitas
Rua do Lago, 717 - Cid. Universitária
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
Fone: 3091-2920 / Telefax: 3091-4593
e-mail: editorialhumanistas@usp.br
<http://www.filha.usp.br/humanitas>

Foi feito o depósito legal
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Setembro 2004

Adrián P. Fanjul
Ana Cecília Olmos
Mário M. González
(organizadores)

HISPANISMO 2002

Língua Espanhola

Volume I

Associação Editorial
HUMANITAS

Associação Brasileira de Hispanistas



2004

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

CONFERÊNCIAS PLENÁRIAS

LA REGULARIZACIÓN LÉXICA COMO PROCESO FUNCIONAL Y FORMAL:
CAMBIO DIACRÓNICO, VARIACIÓN DIALECTAL Y PRÉSTAMO 17
Soledad Varela (Universidad Autónoma de Madrid)
INTERNET, CORTESÍA Y VARIANTES DEL ESPAÑOL 37
Santiago Alcoba (Universidad Autónoma de Barcelona)

COMUNICAÇÕES

SOBRE OBJETOS INDIRECTOS Y DUPLICACIONES 67
Aliciana Ortega Rabadañ (USP)
Alicia Gancedo (USP)
Miria Gropni (USP)

PERSPECTIVAS ENDOCÉNTRICA Y EXOCÉNTRICA PARA LA ESCENI-
FICACIÓN DE LA PERSONA EN LA ENUNCIACIÓN: ESTUDIO COMPA-
RATIVO ENTRE BRASILEÑOS Y ARGENTINOS. 76
Adrián Pablo Fanjul (USP)

MARCADORES DISCURSIVOS EN TEXTOS EXPOSITIVOS: CONTRAS-
TE ESPAÑOL-PORTUGUÉS 85
Ana Isabel Briones (Instituto Cervantes - São Paulo)
José Antonio Pérez (Consejería de Educación, Embajada de España)

LA COMPRENSIÓN LECTORA EN E/LE: ¿UN MEDIO O UN FIN? 98
Ana Paula Martins de Oliveira (UFG)

Luciélina Mendonça de Lima (UFG)
Rita Rodrigues de Sousa (UFG)

DIFICULDADES COM OS PRETÉRITOS "PERFECTO SIMPLE" E "PER-
FECTO COMPUESTO": UMA QUESTÃO DE TEMPOS. 106
André Luiz Abreu de Mattos (UFF)

LA EVALUACIÓN EN CLASE DE E/LE 112
Carlos García de la Santa Delgado (Casa de España - Río de Janeiro)

LINGÜÍSTICA DE CORPUS: UNA EXPERIENCIA PEDAGÓGICA CON
ALUMNOS DE UN CURSO DE LETRAS-ESPAÑOL 120
Claudia C.B. de Jacobi (PUC-SP)

F212

Hispanismo 2002 / organizado por Adrián P. Fanjul, Ana Cecilia
Olinos, Mario M. González. - São Paulo : Associação Editorial
Humanitas : Associação Brasileira de Hispanistas, 2004.
3 v.

Trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de Hispanistas,
realizado em São Paulo pela Associação Brasileira de Hispanistas e
Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literatura
Hispano-Americana da Universidade de São Paulo em São Paulo, de 8
a 11 de outubro de 2002.

Conteúdo : v.1. Língua espanhola - v.2. Literatura espanhola - v.3.
Literatura hispano-americana.

ISBN v. 1. 85-98292-19-2; v.2. 85-98292-20-6; v.3. 85-98292-21-4

1. Língua espanhola 2. Literatura espanhola 3. Literatura hispano-
americana I. Título II. II Congresso Brasileiro de Hispanistas III.
Associação Brasileira de Hispanistas IV. Programa de Pós-Graduação
em Língua Espanhola e Literatura Hispano-Americana da Universidade
de São Paulo V. Fanjul, Adrián P. VI. Olinos, Ana Cecilia VII. González,
Mario M.

CDD 460
860.9

ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS

Editor Responsável
Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

Coordenação Editorial
M^{ra} Helena G. Rodrigues - MTB n. 28840

Central de Artes
Diagramação
Rafael Muniz Pontes

Capa
Glaucia Bollella

possível fazer com que a diferença sirva inclusive como elemento de desnaturalização de nossa língua e nossa cultura e de questionamento das formas pelas quais nos relacionamos com o mundo. A língua e a cultura do outro podem assumir um papel libertador e dar aos objetos as novas formas que não podiam assumir antes.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. *Dialética da esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas: IEL-UNICAMP, n. 22., p. 9-39, 1992.
- GONZÁLEZ, N. M., KULIKOWSKI, M. Z. Español para brasileños. Sobre por dónde determinar la justa medida de la cercanía. *Anuario Brasileiro de Estudios Hispánicos*, Brasília: Consejería de Educación de la Embajada de España, vol. 9, p. 11-19, 1999.
- LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/Complexity science and second language acquisition. *Applied Linguistics*, Oxford University Press, vol. 18, n. 2, p. 141-165, 1997.
- ORLANDI, E. P. Funcionamento e discurso. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Fontes, 1996. p. 115-133.
- REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (org.). *Lingua(gem) e identidade*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998, p. 213-230

NOTAS

- 1 "dinâmico, complexo, não linear, caótico, imprevisível, sensível às condições iniciais, aberto, auto-organizável, sensível ao feedback e adaptativo" (tradução minha)
- 2 Embora não haja na Espanha uma única forma de falar, a variante madrilêna, que aparece nos materiais didáticos, acaba por difundir-se como o "espanhol da Espanha"

TRADUZINDO FORMAS DE TRATAMENTO DO ESPAANHOL PENINSULAR AO PORTUGUÊS DE SÃO PAULO: UMA VISÃO SEMIÓTICA

Helôisa Pezza Cintrão
USP (São Paulo)

FORMAS DE TRATAMENTO EM TRADUÇÃO, DISCURSO E GÊNEROS DE DISCURSO

As reflexões feitas neste trabalho têm como fator desencadeador um caso pontual de tradução, mas irão caminhando ao final para problematizações que saem do âmbito da tradução e que têm em vista as questões de como as formas de tratamento produzem os variados e contraditórios sentidos que produzem; que ferramentas da semiótica e da análise de discurso poderiam ajudar a pensar sobre suas cargas valorativas e ideológicas; quais seriam os limites das teorias de discurso para explicar as instabilidades históricas, sócio-culturais, individuais de seus usos e os altos riscos de produzir ruídos nas comunicações interpessoais que elas parecem ter potencialmente.

O caso concreto que nos serve de ponto de partida é uma experiência de tradução, do espanhol peninsular para o português de São Paulo, de um conjunto de quatro livros didáticos de ensino de religião católica, dirigidos a alunos das quatro primeiras séries do ensino fundamental brasileiro. Os textos a serem traduzidos estavam estruturados de modo a formar três blocos de gêneros de discurso que condicionavam escolhas diferentes de equivalências ao traduzir as formas de tratamento usadas no texto de partida: 1) fragmentos dirigidos aos alunos/leitores em linguagem coloquial, como, por exemplo, convites a reflexões sobre certas questões, instruções para exercícios e jogos; anedotas do dia-a-dia; 2) transcrições de fragmentos bíblicos; 3) fórmulas rituais (entre elas vão nos interessar especialmente as orações católicas, mas havia também alguns trechos rituais recitados na celebração da missa católica, fórmulas rituais cristalizadas recitadas em cerimônias específicas como batismos ou casamentos, dentro dessa religião).

Ao traduzir essas partes provenientes de diferentes gêneros de discurso, acontecia que aquilo que no texto de partida, em espanhol peninsular, era sempre um *tú* poderia, segundo cada um dos três blocos de gêneros de discurso envolvidos naqueles livros, equivaler, no português do público alvo, a um *você* (linguagem coloquial), a

um *tu* (trechos bíblicos), ou ainda a um *vós* (com valor de singular, nas orações católicas). O que no texto peninsular era sempre um *vosotros* se desdobrava no português em um *vocês* (linguagem coloquial) ou em um *vós* (com valor de plural, nos textos bíblicos e em fórmulas rituais).

Isto levava a levantar algumas questões referentes à tradução. Em primeiro lugar, deixava clara a impossibilidade de se fazer, para o português de São Paulo, a generalização de que “não usamos o *tu*”, já que algo no processo mental de uma tradutora de São Paulo fazia com que ela reconhecesse a forma *tu* como a usual e adequada em certo tipo de texto dentro de sua própria variante, e fazia com que não estabelecesse uma equivalência *tú-você*, nem *vosotros-vocês*, quando a tradução feita era a de um texto bíblico. Mais ainda: algo, na competência linguística de um tradutor que tivesse que levar a cabo essa tradução concreta, se algum dia tivesse tido contato com o catolicismo, iria levá-lo a traduzir um *tú* do espanhol peninsular por um *vós*, em português, no Pai-Nosso, e na Ave-Maria, dentro de um contexto católico. Um falante do português de São Paulo não só usa tanto o *você* quanto o *tu*, mas é capaz de usar também o *vós* dirigido a uma só pessoa, em certos casos bem pontuais. É o caso do uso que se faria em filmes estrangeiros dublados cuja ação estivesse ambientada em antigos reinos e cortes, quando alguém estivesse se dirigindo ao rei. Os três tipos de tratamento (*você, tu, vós*), em um uso condicionado por certos gêneros de discurso, fazem parte conjuntamente do sistema e da competência linguística de falantes de português de São Paulo.

Fanjul, em oficina apresentada no *Congreso de Profesores de Español*, em 2001 (Fortaleza-Ceará), levantava uma questão semelhante sobre a (im)possibilidade da generalização que se faz normalmente de que, na variante rio-platense do espanhol, não se usa o *tú*, mas sim o *vos*, e descrevia o uso de *tú* por argentinos *voseantes* em certos gêneros de discurso, como por exemplo, o uso de *tú* que as crianças fazem nos jogos infantis de *faz-de-conta*, ou o que aparece nas lápides de sepulturas e em certos poemas.

Hurtado Albir (1999, p. 31) diz, sobre a tradução, que:

Toda traducción supone el desarrollo, por parte de un individuo, de un proceso mental que le permite efectuar la transferencia desde el texto original hasta la producción de un texto de llegada. Ese proceso mental consiste, en lo esencial, en comprender el sentido que transmite un texto para luego reformularlo con los medios de otra lengua.

Nosso caso envolvendo diferentes opções de equivalência, na língua de chegada, para uma só forma de tratamento, em diferentes fragmentos do texto partida,

mostra como, nesse processo mental que tem lugar na tradução, intervém algo que poderíamos chamar de *competência de reconhecimento de gêneros de discurso* (dentro do processo mental de compreensão) e *competência de transposição de gêneros de discursos* (dentro do processo de reformulação do texto de partida no outro idioma), esta última guiando a seleção dos elementos linguísticos, como léxico, estruturas sintáticas, mecanismos de coesão, de acordo com esses gêneros.

Tomamos aqui a noção de gêneros de discurso conforme aparece em Maingueneau (2000, p.73), que os formula como “os dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos: os fatos diversos, o editorial, a consulta médica, o interrogatório policial, os pequenos anúncios, a conferência universitária, o relatório de estágio, etc.”. O mesmo autor observa que a oração religiosa é um dos gêneros de discurso mais estáveis, o que explicaria, em parte, que o catolicismo mantenha, nas suas duas principais orações, um tratamento arcaico dentro do português brasileiro: o *vós* dirigido a uma só pessoa, como um plural majestático, que não se mantém nessa língua fora de uns poucos gêneros de discurso muito específicos. Nosso caso também leva a considerar quanto os mecanismos linguísticos dos gêneros de discurso podem variar de um idioma a outro, e mesmo de uma variante regional de um idioma a outra.

Por fim, este caso concreto de tradução, ao conduzir à inferência de uma competência de reconhecimento de gêneros de discurso e de outra de transposição dos mecanismos de um gênero específico de um idioma a outro, como parte importante da competência tradutora, indica a dificuldade de estabelecer equivalências bilíngües fora de contexto, e a necessidade de abordar a tradução como um processo que se dá no âmbito do discurso (ou do texto). Como afirma Hurtado Albir: “se traducen textos, la traducción es una operación entre textos (y no entre lenguas), y los textos funcionan diferentemente en cada lengua y cultura.” e ainda: “Los textos se distinguen por sus funciones, pero también por sus convenciones y por la actitud ideológica que transmiten.”

As formas de tratamento (ou mais amplamente: as fórmulas de tratamento) parecem ser um lugar do sistema linguístico que tende a um alto grau de variação de uso segundo gêneros de discurso, assim como a uma alta complexidade, que envolve, por exemplo, as variações diatópicas, tanto no português quanto no espanhol, o que leva a que o tradutor tenha que saber, em grande parte das vezes, de onde provém o texto, para interpretar os efeitos de sentido do uso de uma forma de tratamento num texto preciso, e tenha que saber quem são seus destinatários, para tomar certas decisões de transposição ao idioma de chegada, dentro do par português-espanhol. Elas também estão sujeitas a grandes variações no tempo: pensemos no caso de um

tradutor que recebesse uma telenovela brasileira como *A padroeira*, num país de fala espanhola, e que tivesse que decidir como traduzir o *vossa mercê* nela utilizado, ou que recebesse, para traduzir, uma telenovela de época que envolvesse interações comunicativas entre senhores e escravos no Brasil escravagista, de forma a ter que decidir como traduzir o tratamento *sinhazinha* ou *sinhá*, ou que precisasse encontrar uma equivalência para diferenciar os matizes de *senhor* ou *seu* (como o de *seu Antônio*). Ele precisaria de um nível refinado de competência leitora e interpretativa e de um nível refinado de saberes sobre o idioma português em relação com a cultura brasileira, e talvez em alguns casos de uma boa competência cultural-pragmático-discursiva para saber se os usos de formalidade e informalidade variariam e onde variariam, entre seu idioma materno e o estrangeiro.

Pensando na polaridade tradução literal vs. tradução comunicativa, as formas de tratamento pareceriam admitir apenas a última modalidade, ou pelo menos a possibilidade de transposição literal, no que se refere às formas de tratamento, entre o para português-espanhol, pareceria ter certos limites. Receber uma telenovela mexicana para traduzir e decidir por dubá-la transpondo *tú* do espanhol ao *tu* no português, com formas verbais e pronomes de segunda pessoa, certamente produziria efeitos de sentido indesejáveis, levando em conta os receptores da maior parte do Brasil atual. Seria quase imperativo optar pela *tradução comunicativa*, que privilegia a transposição de *efeitos de sentido no idioma de chegada* sobre a preservação das formas e estruturas do idioma de partida. Mas isso não significa que haja, mesmo em casos não permeados por problemas de gênero de discurso distanciados dos da fala do dia-a-dia, a possibilidade de determinar uma equivalência fixa nos moldes *tú = você* e *usted = o senhor/a senhora*. Talvez a questão possa ser mais complexa para o tradutor, porque, mesmo levando em conta um uso atual, quotidiano e geograficamente bem delimitado de ambas as línguas, pode não ser possível, em muitos casos, fixar automaticamente tais tipos de equivalências. Penso, por exemplo, na informação de que na Espanha o *tú* seria hoje a forma mais generalizada para o tratamento de filho dirigido aos pais, enquanto, no Brasil, pelo menos no estado de São Paulo, há ainda uma forte tendência ao uso formal nesse caso (*o senhor/a senhora*), que é, por outro lado, um uso fortemente submetido a variações regionais (interior-capital), de classe social e de opção individual (de idioleto), às vezes com oscilações muito rápidas de geração a geração, às vezes mudando ao longo do tempo, no uso lingüístico de uma mesma pessoa. Valeria a pena aqui lançar mão de alguns exemplos pessoais bastante ilustrativos. Na minha família, trato meus pais de *o senhor, a senhora*, enquanto alguns de meus irmãos os tratam de *você* (tanto entre os mais velhos quanto entre os mais novos). Quanto a variações regionais ou de classe social

dessas escolhas, tenho primos da minha idade, no Rio de Janeiro, que tratam os pais de *você*, e que podem ter influenciado uma mudança de opção por parte de alguns de meus irmãos (até certa idade, todos tratávamos os meus pais de *o senhor/a senhora*). Ainda um mesmo falante pode ter variações de uso muito especiais, que não esperaríamos que convivessem em um mesmo indivíduo, mas atribuiríamos a falantes de diferentes regiões: meu pai, cujo pai era português, sempre usou *tu*, com suas formas verbais de segunda, para conversar com seus pais e seus irmãos, enquanto com esposa e filhos, e em outras relações interpessoais informais, sempre usou *você*. Também todos os falantes do português sabemos como, em muitos casos, a opção por *o senhor/a senhora* não se dirige a um efeito de respeito reverente, mas a buscar um distanciamento com respeito ao interlocutor, distanciamento segundo o qual o falante pode inclusive estar se colocando em uma posição de superioridade em relação a seu interlocutor (um desconhecido inconveniente ou com o qual estamos discutindo, um empregado, um subordinado, uma mãe dando uma bronca num filho).

EFETOS DE SENTIDO DAS FORMAS DE TRATAMENTO, VALORES E IDEOLOGIAS

O caso do tratamento dirigido aos pais se mostra especialmente interessante, porque parece nos dar uma primeira pista para as instabilidades que as formas de tratamento têm dentro do português e do espanhol, e para as discrepâncias que possam ocorrer na transposição de uma dessas línguas à outra, nas diferentes relações interpessoais ou nos diferentes gêneros de discurso. A relação com os pais mistura, de forma complexa, afeto e proximidade com respeito hierárquico socialmente institucionalizado, que nesse caso específico convivem numa mesma relação interpessoal, mas que potencialmente gerariam escolhas opostas de formas de tratamento (a proximidade afetiva levaria a uma opção por *você* e o respeito hierárquico levaria a uma opção por *o senhor/a senhora*). Uma tensão subliminar semelhante parece pairar muito freqüentemente na opção por uma ou outra forma de tratamento. Uma opção por *o senhor/a senhora* ou por *usted* pode gerar recepções muito diferentes, por parte do interlocutor, quanto ao que possam ter de positivo ou negativo, num certo sistema de valores: respeito e reverência autênticos (e no caso do respeito legítimo, é difícil descartar o afeto), a estigmatização do outro como "velho" numa sociedade marcada pela valorização obsessiva do novo e do jovem, uma atitude servil de inferioridade frente ao outro ou de aceitação conservadora de certas hierarquias sociais cristalizadas (contrárias a ideais de igualdade social), um desejo de não estabelecer muita proximidade com o outro. Uma opção por *você*, por *tú* (ou por *vos*, que

representaria um caso ainda mais complexo, segundo a região) pode provocar o efeito de solidariedade ou proximidade afetiva, mas também de irreverência e desrespeito, de uma certa insolência e arrogância.

Quando falamos das formas de tratamento, é impossível eludir a questão de quanto os usos linguísticos são permeados por sistemas de valores, em última instância, pela ideologia e pela história. Em seu livro *Linguagem e Ideologia*, Fiorin (2000, p. 57) tem um capítulo dedicado à "igualdade burguesa", em que transcreve um fragmento de uma circular ao serviço público, na França revolucionária de 1794. Em nome da igualdade, da liberdade e da naturalidade das relações sociais, o texto prescreve que, em sua linguagem, o funcionário público:

[...] deve desfazer-se da roupagem antiga e abandonar a polidez forçada, tão inconsistente com a postura de homens livres; e que é uma reliquia do tempo em que alguns homens eram ministros e os outros seus escravos. [...] As maneiras simples e naturais devem substituir a dignidade artificial que freqüentemente constituía a única virtude de um chefe de departamento ou outro funcionário graduado. [...] A qualidade essencial do Homem da Natureza consiste em ficar de pé. [O estilo de linguagem deve ser] isento de expressões de servilismo, de formas obsequiosas, indirectas e pedantes, ou de qualquer insinuação no sentido de que existe autoridade superior à razão e à ordem estabelecida pelas leis" [os destaques são meus].

O que antes era visto como "polidez" nos usos linguísticos, está, na França daquele momento, passando a ser visto como um indígnio formalismo servil. O autor do texto deixa clara a tensão entre "igualdade vs. hierarquia" refletida na linguagem usada na relação de trabalho entre superiores e subalternos. Em seu discurso, os valores de igualdade colorem de visão negativa o reconhecimento, marcado linguisticamente, da superioridade hierárquica do outro. Ele aparece como algo indígnio, servil, pedante, autodepreciativo, que usa um homem curvado ou raslejante, que não é capaz de ficar em pé diante do outro, como mandaria sua dignidade natural. Não é difícil ver que os reflexos dessa tensão social tendem a ser especialmente fortes sobre o uso das formas de tratamento, e isso pode explicar boa parte da complexidade e da instabilidade de seus usos: nas formas de tratamento, marcam-se inevitavelmente os valores que, numa sociedade, estabelecem as hierarquizações de classes, e por isso elas carregam potencialmente, talvez mais que qualquer outra parte do sistema linguístico, a carga dos conflitos de classes e interesses, além de carregar potencialmente várias tensões afetivas. Misturam de maneira complexa a estrutura social estabelecida com as opções individuais de resposta a essa estrutura.

Fiorin (2000, p. 15) ainda indica que:

É possível que o surgimento de um número muito grande de pronomes de tratamento, como, por exemplo, Vossa Excelência, Vossa Majestade, Vossa Alteza, no período do absolutismo monárquico, esteja ligado ao aparecimento de uma sociedade rigorosamente hierarquizada e governada por um protocolo muito rígido.

Notar que a Espanha, neste momento atual, parece tender a preferir a informalidade no tratamento (um vendedor que nos atende numa loja, um desconhecido na rua, um aluno falando com seu professor, hoje, tende a usar *tú*, e não *usted*), enquanto em São Paulo se mantém mais do que lá a tendência à formalidade nestas mesmas situações, pode levar a uma hipótese interpretativa de que temos hoje, na Espanha, uma sociedade menos marcada por valores hierárquicos, por protocolos, por uma história de hierarquia servil, e mais marcada por desejos de igualdade entre seus membros, mas, ao mesmo tempo, pode levar a interpretações de que temos hoje, lá, um povo mais marcado por valores capitalistas de dignificação do indivíduo prevalecendo sobre os de coesão social, talvez por uma atitude de individualismo mais arrogante, com menos reverência e delicadeza no tratamento dedicado ao outro. São interpretações/valorizações quase opostas, porque as marcas das hierarquias na linguagem implicam sistemas de valores, às vezes vários sistemas de valores convivendo paralelamente em relações de conflito, e provocam sentimentos ambíguos e conflitivos, social e psicologicamente, oscilando permanentemente entre o respeito que devemos a nós mesmos e o que devemos ao outro e à estrutura social, em um equilíbrio que não é fácil, que parece ser sempre muito delicado. Por isso também parece não ser tão simples e isento de subjetividade interpretar ideologicamente, via teorias do discurso, as tendências de uso de formalidade ou informalidade num sistema linguístico determinado.

EFETOS DE SENTIDO DAS FORMAS DE TRATAMENTO E O NÍVEL FUNDAMENTAL DA TEORIA SEMIÓTICA DE GERAÇÃO DOS SENTIDOS

Neste ponto, há alguns postulados da análise de discurso de linha semiótica que podem ser interessantes para pensar a instabilidade dos efeitos de sentido gerados pelas formas de tratamento. Começamos dizendo que as formas de tratamento, da perspectiva das equivalências necessárias à tradução, só poderiam ser abordadas do ponto de vista do discurso, e não do ponto de vista do sistema linguístico. Também a teoria semiótica se propõe a funcionar como ferramenta para o estudo de discursos concretos. O que vamos sugerir aqui é que a semiótica, para dar conta de discursos concretos, postula um sistema de produção de significados que tem um grau de abstração semelhante à aborda-

gem da língua como sistema (em oposição aos usos individuais, fala, discursos, textos). Nesse sentido, parece ser possível procurar estabelecer relações entre as formas de tratamento, segundo seus potenciais de produção de sentido no sistema linguístico, e os esquemas abstratos de geração dos sentidos propostos pela semiótica discursiva.

A teoria semiótica greimasiana postula três níveis de geração de sentidos: o fundamental, o narrativo e o discursivo. Segundo essa divisão em três níveis, as categorias de pessoa, e portanto também as formas de tratamento, só aparecem como geradoras de efeitos de sentido no nível discursivo, que é também o nível no qual aparecem as marcas da ideologia. Mas as formas de tratamento parecem ter sentidos potenciais contidos nelas mesmas, que permitiriam projetar sobre elas algumas questões do nível fundamental de geração de sentido propostas pela semiótica.

No nível fundamental, os sentidos são gerados de forma condensada e binária, como oposições dentro de uma mesma categoria. Por exemplo, um determinado texto pode ter seu sentido sendo gerado, no nível fundamental, pela oposição liberdade-opressão. Quanto aos sentidos que subjazem às formas de tratamento, poderíamos dizer que não há uma, mas uma série de oposições binárias capazes de gerar sentidos para a opção entre *tú(vos)-usted* ou entre *voce-o senhor/a senhora*: formalidade-informalidade, distanciamento-solidariedade, hierarquia-igualdade, poder-submissão, pouca relação-relação de intimidade, indiferença-afeto, e essa pluralidade latente é um dos fatores que gera conflitos potenciais nessa escolha. Por outro lado, a semiótica postula que, no nível fundamental, cada um dos elementos das oposições geradoras de sentido sofre projeções valorativas, que ao mesmo tempo são afetivas. A semiótica fala em valorização positiva ou negativa (do pólo "hierarquia", por exemplo), ou em *euforia* e *disfória*. O elemento eufórico e disfórico numa oposição como formalidade-informalidade pode sofrer variações de acordo com diferentes tipos de sistemas de valores, como já vimos no fragmento da época da Revolução Francesa. Essas noções da semiótica pareceriam produtivas para abordar as questões de como as formas de tratamento se vinculam, já potencialmente, no nível do sistema linguístico, a sistemas de valores sociais e individuais a uma só vez, a sistemas ideológicos, a questões afetivas e psicológicas, por que é tão complexo controlar os efeitos eufóricos ou disfóricos que se produzem ao optar pela formalidade ou pela informalidade em um idioma, por que as formas de tratamento são tão insatáveis historicamente, de modo que uma forma que, em certo momento, expressa formalidade e distanciamento (*vossa mercê*) deriva num tratamento informal com o passar do tempo (*voce*).

EFEITOS DE SENTIDO DAS FORMAS DE TRATAMENTO, INTERPRETAÇÕES DOS COMPORTAMENTOS INTERPESSOAIS, SIMULACROS INTERPESSOAIS: AS DIFERENTES LINHAGENS DO DIZER E DO FAZER

Mais do que chegar a respostas sobre tais questões, as reflexões colocadas aqui se propõem como um levantamento de questões e como indicações que parecem importantes ao abordar as formas de tratamento e a pluralidade contraditória de seus efeitos de sentido dentro de uma mesma língua, tanto quanto a complexidade de suas equivalências de uma a outra língua.

Gostariamos de terminá-las com a sugestão de que a abordagem das formas de tratamento dentro da teoria semiótica do discurso pareceria poder ser esclarecedora para muitas de suas complexidades, mas nos perguntamos também pelos limites de uma abordagem de seus efeitos por qualquer teoria linguística que leve em conta a produção de sentidos a partir apenas das pistas dadas na materialidade linguística e nas relações dessa materialidade com sistemas ideológicos postulados abstratamente.

Que ferramentas poderiam explicar, por exemplo, o efeito negativo ou disfórico que um determinado tratamento pode ter em um contexto comportamental e o efeito emotivamente positivo ou eufórico que pode ter noutro? Pensemos nos efeitos que pode ter, para uma mesma pessoa, ser chamada de *inda*, *querida* ou *meu bem* em diferentes contextos comportamentais e de vínculos interpeissionais. No contexto de um desconhecido passando na rua, e de um homem dirigindo-se a uma mulher, as maiores chances são de que esse tratamento produza um efeito negativo, desagradável e até agressivo, e que conduza a uma interpretação de desrespeito e invasão do espaço pessoal por parte do outro. No contexto de uma relação interpessoal pouco sólida e marcada por um contexto de contatos puramente interessados por parte do enunciador (uma pessoa que só entra em contato com a pessoa a quem dirige esse tratamento a longos intervalos de tempo, com certos interesses bem pontuais – obter uma informação ou um favor – mostra durante muito tempo desinteresse por manter contato, aprofundar o conhecimento ou amizade, e por vezes até comportamentos de desrespeito e descaso), também há grandes chances de que se produza um efeito desagradável, e uma interpretação de falsidade ou de uma conduta malandra, do tipo adúltera-interessada, por parte do outro. No caso de uma relação interpessoal marcada por comportamentos de esforço por manter o contato e a troca de informações pessoais com o outro, de afeto, interesse e solidariedade e de cuidado com os contratos assumidos com o outro, pode produzir um efeito agradável e uma interpretação de delicadeza e carinho. Tais efeitos de sentido não dependem já de uma análise

lingüística vinculada a sistemas ideológicos abstratos, mas da interligação da análise lingüística com a comportamental, e parecia mais fortemente ancorados no comportamento e nos contratos específicos que se estabelecem nas relações interpessoais, marcadas pelas ações, do que na língua (embora em uma narrativa isso possa estar contido totalmente na expressão lingüística, são categorias que vão além dela).

O mesmo vale para a análise dos valores e da ideologia. A análise de discurso, na busca da interpretação de valores e ideologias, pareceria portanto necessariamente impelida a sair do âmbito do discurso verbal e entrar no estudo do comportamento nas relações interpessoais, de como os contratos sociais de relação interpessoal se estabelecem nas diferentes culturas e como produzem efeitos eufóricos ou disfóricos em combinação com o discurso e a interação lingüística, como geram sentidos em combinação com o discurso ou em desacordo com ele. Pecheux parece dar pé a essa integração com a questão das imagens e simulacros intersubjetivos. Sobre eles, Barros (2001, p. 44) diz que "são principalmente a imagem que o emissor faz dele mesmo, a imagem que o receptor faz do receptor, a imagem que o receptor faz dele mesmo e a imagem que o receptor faz do emissor". A mesma autora indica que a essas imagens intersubjetivas, "Osakabe acrescenta outras imagens possíveis, como a que faz o receptor ao perguntar-se o que o emissor pretende falando daquela maneira". O efeito que o uso de uma forma de tratamento pode ter sobre o interlocutor parece estreitamente dependente desses simulacros e dos comportamentos que, em cada cultura, contribuem a criá-los.

Ainda segundo a mesma autora (Barros, 2001, p. 44), Greimas desenvolve a questão da construção de simulacros, definindo-os como "objetos imaginários que os sujeitos projetam e que, embora não tenham nenhum fundamento intersubjetivo, determinam de maneira eficaz o comportamento dos sujeitos e as relações entre eles". Os simulacros do outro poderiam, então, tanto ser criados pela análise de certos comportamentos concretos e reiterados, de acordo com determinados sistemas de valor, quanto por puros preconceitos, por avaliações institucionalizadas e superficiais.

Uma reportagem feita há pouco, por uma importante emissora de tevê, procurava ver o efeito da aparência de quem falava sobre a boa vontade para ouvir e o sucesso na persuasão de quem ouvia e para isso colocou um mesmo rapaz fazendo uma mesma proposta em um mesmo lugar, mas durante algum tempo vestido com bermuda, tênis e camiseta e, num segundo momento, vestido com terno e gravata. A proposta que ele fazia era em princípio absurda: que pessoas que passavam pela Avenida Paulista assinassem um abaixo-assinado em defesa dos ratos, embora se procurasse atenuar o absurdo

da proposta inserindo-a dentro das convenções dos discursos das sociedades protetoras dos animais. Enquanto poucos pararam para ouvi-lo, riram e não mostraram nenhuma disposição a se deixar convencer no primeiro momento, o rapaz conseguiu, no segundo momento, vestido de terno e gravata, que mais pessoas parassem para ouvi-lo, e que algumas inclusive assinassem a tal defesa dos ratos. Esse dado comportamental talvez permitisse falar de uma tendência à valorização da formalidade e da aparência formal-conservadora entre a população de São Paulo.

Que o português de São Paulo aproxime o tratamento formal e o informal pelas formas verbais e pronominais, e deixe a diferença entre elas menos marcada por meio de uma substituição da segunda pessoa pela terceira, talvez aponte no mesmo sentido ideológico e de escala de valores: uma valorização positiva da distância com respeito ao interlocutor, uma valorização das relações mais marcadas pela formalidade, pelos protocolos e pelas diferenciações hierárquicas conservadoras na sociedade.

Por fim, talvez as oscilações e instabilidades das formas de tratamento ba-seiem-se muito numa tentativa de marcar, no discurso, ideais de interação humana que elas não têm a capacidade de garantir, nem na opção formal, nem na informal, porque só poderiam ser garantidas na dimensão do comportamento na relação interpessoal. Isso parece insinuado no fragmento da Revolução Francesa que vimos ao início. Obviamente, uma mudança proposital, programática, no uso lingüístico mostrava uma intenção de mudança comportamental de acordo com certos valores ideológicos de igualdade, mas não garantiria essa mudança comportamental por si só. No caso das formas de tratamento, uma grande instabilidade de sentidos parece advir de que, qualquer dos tratamentos escolhidos, dissociado dos comportamentos interpessoais, não garantem nem a expressão de respeito nem a de afetividade, e podem expressar sempre o oposto disso. No Século de Ouro, Quevedo já explicitava que: "no hay más diferentes linajes que el hacer y el decir", e as formas e fórmulas de tratamento talvez carreguem historicamente o peso de sucessivas tentativas desgastadas de resolver, ora pela valorização de fórmulas de respeito ora pela valorização de fórmulas de afeto ou igualdade, conflitos interpessoais e problemas comportamentais humanos que o discurso verbal, por si só, pode contribuir para mascarar e dissimular mais do que para resolver.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, D. P. de. A comunicação humana. In FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 25-53.

- BARROS, D. P. de. *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 172.
- CARRICABURO, N. *Las fórmulas de tratamiento en el español actual*. Madrid: Arco/Libros, 1997. p. 83.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988. p. 87.
- HURTADO ALBIR, A. *Enseñar a traducir*. Madrid: Edelsa, 1999. 256 p.
- MAINGUENEAU, D. *Temos-chave da Análise do Discurso*. trad. Márcio Venício Barbosa; Maria Emilia Amarante Torres. Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 155 p.

AS POSSIBILIDADES DA MULTIMÍDIA COMO UM RECURSO INFORMÁTICO DE COMUNICAÇÃO DIGITAL INTERATIVA NO ENSINO DO ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA (E/LE)

Italo Oscar Riccardi Leon
UNIVAP (São José dos Campos)

1. INTRODUÇÃO

Atualmente é praticamente impossível imaginar ou pensar numa sociedade sem a presença do computador. Seu uso e múltiplas aplicações permitiram que ele fosse cada-vez mais utilizado nas diversas áreas do conhecimento humano. Se no passado, a Revolução Industrial aumentou com maquinarias e ferramentas o poder e força muscular do homem, o computador hoje passou a representar um marco fundamental nos afazeres cotidianos e atividades intelectuais da civilização contemporânea.

O computador pode ser concebido como um recurso tecnológico multimídia complexo e sofisticado que funciona como uma espécie de *gerenciador central* em função da sua extraordinária capacidade para registrar, armazenar, selecionar, processar e transmitir informações. Pode ser analisado sob dois aspectos gerais que se integram; ao mesmo tempo que o computador constitui uma ferramenta de trabalho, também é um instrumento de mediação (RIPPER, 1996, p. 7-8):

“É uma ferramenta porque permite ao usuário (aluno ou professor) construir objetos virtuais, modelar fenômenos em quase todos os campos de conhecimento. E possibilita o estabelecimento de novas relações para a construção do conhecimento ao mediar o modo de representação das coisas através do pensamento formal, que é abstrato, lógico e analítico; é esse poder de representação que o torna um mediador eficaz (...) Enquanto instrumento/objeto de conhecimento/domínio/prestígio o computador exerce freqüentemente um fascínio sobre as crianças. Um dos aspectos desse fascínio é liberar a criança das limitações de sua coordenação motora fina, permitindo-lhe exercer atividades complexas do ponto de vista cognitivo. Mas para que essas mudanças intelectuais tenham a possibilidade de emergir é preciso que o computador seja adequado à atividade humana transformadora e que a pessoa por seu lado se adapte às contingências do computador. A simples presença do computador na escola não assegura uma melhoria do processo ensino - aprendizagem, pois o fundamental é como ele será utilizado por professores e alunos”.

